
Políticas Públicas Educacionais para a Educação Física no Âmbito do Distrito Federal

*Silvana Vieira Inácio**

*Beatriz Almeida Amaral***

*Pollyanna Silva****

RESUMO

Há políticas públicas educacionais quando as decisões do governo incidem sobre o ambiente escolar. Com essa perspectiva tem-se o Plano Nacional de Educação – PNE, que traça diretrizes, metas e objetivos para todos dos os níveis e modalidades de ensino. Visando atender algumas metas do PNE, o Governo do Distrito Federal – GDF promoveu a ampliação da Educação Integral entre 2013 e 2014 na Educação Infantil e intensificou esforços na implementação do Currículo da Educação Básica do Distrito Federal, denominado Currículo em Movimento, que consta em sua proposta a ressignificação da Educação, a transformação da prática social e a inclusão da Educação Física como componente curricular obrigatório que deve ser compreendida como importante manifestação da cultura corporal de movimento. Conclui-se que a Educação Física na Educação Integral é elemento essencial para formação integral da criança, fazendo-se necessárias algumas adequações, reformas e a criação de espaços propícios para efetivação de sua prática. A ampliação do quadro de professores da rede, o investimento maciço em materiais e mobiliários pedagógicos e esportivos, em quantidade e qualidade, para atender o quantitativo de alunos na rede pública de ensino, devem ser objeto de políticas educacionais, com destinação de verbas públicas exclusivamente para esse fim.

Palavras-chave: Políticas públicas educacionais, Plano Nacional de Educação, Educação Física.

* *Silvana Vieira Inácio é especialista em educação física escolar, licenciada em educação física pela Universidade Católica de Brasília, é professora de educação física da SEEDF e atua na Escola Classe 203 de Santa Maria.*

** *Beatriz Almeida Amaral é especialista em educação física escolar, licenciada em educação física pela Universidade Católica de Brasília, é professora de educação física da SEEDF e atua na Escola Classe 29 do Gama.*

*** *Pollyanna Silva é mestre em educação física escolar, licenciada em educação física pela Universidade Católica de Brasília, é professora de educação física da SEEDF e atua na Escola Classe 203 de Santa Maria.*

POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS E A EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

Ao iniciarmos a discussão sobre políticas públicas, faz-se necessário sua contextualização. De acordo com Azevedo (2003, p. 38) define-se que: “(...) política pública é tudo o que um governo faz e deixa de fazer, com todos os impactos de suas ações e de suas omissões”.

Quando se refere à educação, são políticas públicas em prol da educação escolar. Sendo assim “políticas públicas educacionais dizem respeito às decisões do governo que tem incidência no ambiente escolar enquanto ambiente de ensino-aprendizagem”. (OLIVEIRA, 2010, p. 97).

Essas decisões envolvem aspectos como gestão escolar, currículo, formação continuada dos profissionais da educação, contratação de profissionais, construção e reforma de espaços escolares, entre outros.

O PNE é um instrumento de política educacional que estabelece diretrizes, objetivos e metas para todos os níveis e modalidades de ensino, sendo que sua finalidade é orientar as ações do Poder Público a nível municipal, estadual e federal, tornando-o uma peça fundamental no direcionamento nas políticas públicas educacionais. (FILHO, 2011, p. 49)

O PNE, aprovado em junho de 2014, com vigência de dez anos, traz em seu texto 20 metas com suas respectivas estratégias numa tentativa de formular um guia de políticas públicas educacionais em todo país.

Dentre essas metas, destaca-se:

- A universalização da Educação Infantil, em que até 2016, todas as crianças de 4 a 5 anos

de idade devem estar matriculadas na pré-escola. A meta estabelece, também, que a oferta de Educação Infantil em creches deve ser ampliada de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos até o final da vigência deste PNE.

- A universalização do ensino fundamental, que cita que até a vigência final do PNE, toda a população de 6 a 14 anos deve ser matriculada no Ensino Fundamental de 9 anos, e pelo menos 95% dos alunos devem concluir essa etapa na idade recomendada.
- A oferta de educação em tempo integral em no mínimo 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos alunos da Educação Básica, até o final da vigência do PNE.

O artigo 7º, parágrafo 1º, da Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014 – que sanciona o PNE –, descreve que “cabera aos gestores federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal a adoção das medidas governamentais necessárias ao alcance das metas previstas no PNE”.

Diante dessa incumbência, o GDF, por meio da Secretaria de Estado de Educação – SEEDF, promoveu um aumento de 5% na oferta da Educação Infantil onde, em 2013, foram registradas 1.515 turmas, totalizando 33.868 matrículas, e em 2014 ofertou-se 1.587 turmas e 35.209 matrículas. Já em contrapartida, no Ensino Fundamental houve uma diminuição na demanda de 0,01%, algo relativamente insignificante, sendo que, em 2013, havia 11.111 turmas e foram efetuadas 296.606 matrículas. Em 2014, contabilizou-se 11.099 turmas e 291.601 matrículas (dados obtidos pelo Censo Escolar da SEEDF).

Com relação à Educação Integral, o GDF

intensificou esforços para ampliação da operacionalização de uma política que atenda tais perspectivas educacionais e sociais. As escolas enxergam essa ampliação como um desafio. Em consonância, a SEEDF mostra que compreende como fundamental a reflexão sobre a Educação Integral a partir das vozes dos educadores que a pensam e a executam nas escolas, cumprindo uma agenda de debates e de construção do projeto de Educação Integral para os próximos períodos no Distrito Federal.

A SEEDF apresenta o Currículo de Educação Básica também como Política Pública Educacional para, conseqüentemente, atender as metas do PNE. Assim, a Secretaria visa implementá-lo a partir de 2014 em toda a Rede, recuperando assim as especificidades do campo do currículo para além do que pode ser restrito ao ensino.

A Educação Física Escolar se fortalece numa nova perspectiva, ao levarmos em consideração a proposta de ressignificação da educação:

“(…) a educação é uma prática social, que une os homens entre si em torno do direito de aprender e da conquista da cidadania. A escola, instituição formal de educação, muitas vezes o equipamento público mais próximo da comunidade, é chamada a desempenhar intensivamente um conjunto de funções. Essa instituição se vê como educadora, mas também como “protetora” e isso tem provocado debates acerca não só de sua especificidade, mas também dos novos atores sociais que buscam apoiá-la no exercício dessas novas funções e dos movimentos e organizações que igualmente buscam a companhia dessa instituição escolar para constituí-la e, talvez, ressignificá-la.” (CURRÍCULO EM MOVIMENTO, 2014, p. 10).

De acordo ainda com os pressupostos

do Currículo em Movimento 2014 (pg. 95), a Educação Física na Educação Infantil objetiva a linguagem corporal que fundamenta o trabalho educativo, visto que as crianças são extremamente ativas, necessitam – e amam – aprender de forma lúdica e prazerosa:

“(…) Educação Física deve ser compreendida como importante manifestação da cultura corporal de movimento, que contribui para a formação global da criança por meio de brincar, de jogo simbólico, de movimentos gerais vivenciados mediante atividades orientadas, de iniciação das danças, de ginásticas e de jogos pré-desportivos, entre outras atividades que, ao oportunizar as aprendizagens, favoreçam o desenvolvimento geral do estudante.” (CURRÍCULO EM MOVIMENTO, 2014, p. 20).

O objetivo, portanto, é que a criança conheça seu corpo e o corpo do outro, ampliando gradativamente a consciência e o controle motor, sempre utilizando jogos e brincadeiras como estratégias.

A Educação Física nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental não pode ser tratada como uma mera atividade física que busque apenas o aperfeiçoamento motor ou que seja utilizada aleatoriamente, como ocupação do tempo ocioso da criança; tampouco ser usada como simples atividade de lazer, apartada do fazer pedagógico da escola. Logo, o fundamental é permitir o acesso a práticas corporais, colaborando para que cada um construa seu estilo pessoal de participação e possa, a partir dessas práticas, ter consciência de seu corpo e de sua inserção social e ao mesmo tempo ampliar o próprio repertório motor.

No Currículo em Movimento 2014 (p. 71), em seu texto relacionado aos Anos Finais do Ensino Fundamental, a Educação Física trata pedagogicamente de saberes relativos a movi-

mentos corporais produzidos com intencionalidade em diversos contextos sociais e históricos, constituindo campo da Cultura Corporal. Como campo de conhecimento pedagógico ligado à cultura corporal, a Educação Física contribui para formação integral do estudante nas dimensões afetiva, cognitiva, social e motora.

A concepção de Educação Integral assumida no Currículo em Movimento 2014 (p. 25) pressupõe que todas as atividades são entendidas como educativas e curriculares. Assim, diferentes atividades – esportivas e de lazer, culturais, artísticas, de educomunicação, de educação ambiental, de inclusão digital, entre outras – não são consideradas extracurriculares ou extraclases, pois fazem parte de um projeto curricular integrado que oferece oportunidades para aprendizagens significativas e prazerosas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das muitas ações da Educação Física escolar, e na perspectiva de ela ser uma disciplina obrigatória do currículo escolar, se fazem necessárias políticas públicas educacionais direcionadas para essa disciplina. Tendo em vista que o exercício da Educação Física escolar não se faz apenas no ambiente físico da sala de aula, ajustes arquitetônicos e novas construções escolares tornam-se investimentos prioritários para sua implementação eficaz e de qualidade.

Pensando em atender os aumentos das demandas da oferta da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e a ampliação da Educação Integral, previstas no PNE e no Currículo em Movimento 2014 da SEEDF, é necessária a criação de políticas educacionais – com destinação de verbas públicas exclusivamente para esse fim – voltadas para a adequação, reforma e criação de espaços propícios para efetivação de sua prática, a ampliação do quadro de profes-

res da rede e o investimento maciço em materiais e mobiliários pedagógicos e esportivos, em quantidade e qualidade para atender o quantitativo de alunos na rede pública de ensino.

Visando atender as orientações do Currículo em Movimento 2014 (p. 72) – que cita que, em razão da condição multifacetada da Educação Física (como elemento essencial para formação integral da criança) as propostas curriculares apresentadas visem estimular o professor em sua prática pedagógica a desenvolver aulas atraentes, contextualizadas e que provoquem nos estudantes a reflexão e a experiência acerca das variadas práticas corporais –, é preciso que as escolas e os professores tenham um suporte mínimo para concretização desses objetos.

Nas ações pedagógicas do cotidiano das aulas de Educação Física escolar, contemplam-se essas necessidades apontadas nas políticas públicas e no Currículo em Movimento que almejam alcançar a formação integral do indivíduo. Essa formação integral acontece por meio da promoção da aprendizagem significativa e de sua aplicação concreta, mediadas por professor especialista em Educação Física. Além disso, ela constitui um instrumento de inserção social, de exercício da cidadania e de melhoria da qualidade de vida que nos permite acreditar que é possível desfrutar a paz mesmo em uma realidade cercada de violência, egoísmo e perspectivas negativas; através de ações coerentes e reflexivas e educando a partir de valores.

Somente com esse suporte, a educação escolar primará pela qualidade em que buscará formar o ser humano em sua integralidade, autonomia e emancipação, pois a melhoria da qualidade de ensino se faz respeitando as múltiplas dimensões do ser humano, atendendo suas variadas necessidades educacionais, sendo possível somente em um ambiente totalmente propício para esse fim.

BIBLIOGRAFIA DE APOIO

BRASIL. MEC. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Disponível em: <http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 02 de outubro de 2014.

DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO. **Educação Integral**. Disponível em: < <http://www.se.df.gov.br/component/content/article/255-educacao-no-df/268-educacao-integral.html> >. Acesso em: 02 de outubro de 2014.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Sérgio de. **Políticas Públicas: Discutindo Modelos e Alguns Problemas de Implementação**. In: SANTOS JÚNIOR, Orlando A. Dos (et. al.). Políticas públicas e gestão local: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais. Rio de Janeiro: FASE, 2003.

BRASIL. MEC. **Plano Nacional de Educação**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=16478&Itemid=1107. Acesso em: 02 de outubro de 2014.

DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO. **Censo Escolar**. Disponível em: <http://www.se.df.gov.br/educacao-df/rede-part-conv.html>. Acesso em: 02 de outubro de 2014.

_____. **Currículo em Movimento da Educação Básica**. Disponível em: < <http://www.se.df.gov.br/materiais-pedagogicos/curriculoemmovimento.html> >. Acesso em: 02 de outubro de 2014.

FILHO, Antônio Martins de Almeida. **Políticas Públicas em Educação e Educação Física**. Políticas Públicas em Educação. Uma Análise Crítica a Partir da Psicologia Escolar. Ceará, 2006.

OLIVEIRA, Adão Francisco de. **Políticas Públicas Educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática**. Fronteiras da Educação: desigualdades, tecnologias e políticas. Goiás: Editora da PUC, p. 93-99, 2010.